

**EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR HAMILTON COELHO DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

1ª Câmara

Processo nº. 1047871

**ALISSON DE ASSIS CARVALHO, LIWBLIANNA PIRES, CAMILA MORAES
MAIA PAIM E CRISTIANA FELÍCIO PORTO**, devidamente qualificados nos autos
em epígrafe, vem, perante V. Exa., por meio de seus procuradores abaixo assinados,
apresentar **DEFESA** pelos fatos e fundamentos que seguem.

I – BREVE SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de Representação apresentada pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais, suscitando suposto descumprimento da decisão proferida nos autos da Denúncia n. 952.013. Ademais, indicou ocorrência de supostas irregularidades na realização dos processos de Dispensa de Licitação n. 004/2017 e no Pregão n. 194/2017, ambos relacionados à contratação de prestação de serviço de transporte coletivo urbano no Município de Campo Belo.

Nos termos da representação relatou-se que a Administração Municipal teria descumprido a decisão exarada nos autos n. 952.013, por deixar de apresentar documentação relativa aos procedimentos acima descritos. Ademais, aduziu que os

procedimentos conteriam as seguintes inconsistências: *a) relação de parentesco entre os sócios de duas empresas participantes da Dispensa nº 004/2017; b) utilização da mesma pesquisa de preços em ambos os procedimentos; c) ausência de indicação de dia e horário para obtenção da íntegra do edital do Pregão Presencial; d) ausência de especificação dos veículos que seriam utilizados na prestação de serviços; e) suposta locação de veículos pela vencedora do Pregão nº 197/2017; f) suposta delegação indevida da prestação de serviços públicos.*

Remetidos os autos à Coordenadorias de Fiscalização de Concessões e de Municípios, foram apresentados estudos técnicos em arquivos 2162436, 2162443, 2162461 e 2179831. Ato contínuo, os autos foram conclusos para Ministério Público de Contas. Em parecer preliminar, a Il. Procuradora entendeu que a apreciação das questões suscitadas deveria ser precedida por manifestação por próprios envolvidos no certame, por força do art.5º, LV, da CF/88 c/c art. 307, da Resolução TCE nº 12/2008. Após conclusos à apreciação do Il. Conselheiro Relator, determinou-se a citação dos ora representados.

Pois bem. Não obstante os apontamentos apresentados pelo órgão ministerial, ambos os procedimentos objeto dos autos foram realizados nos exatos termos do sistema normativo aplicável, em razão da necessidade de manutenção da prestação de serviços de caráter essencial consubstanciado no transporte coletivo urbano. É o que passa a demonstrar.

II – FUNDAMENTOS

II.1 – Da necessária continuidade no transporte público coletivo. Inexistência de concessão do serviço público.

Consoante relatado, o órgão ministerial afirmou que haveria suposta delegação indevida da prestação de serviços públicos, todavia, sem razão. Com vistas a elucidar a questão objeto dos autos, cumpre tecer um breve histórico das contratações realizadas nos procedimentos de Dispensa 004/2017 e Pregão 194/2017.

Em 17/06/2017, houve paralisação das atividades da empresa TransCampobelense LTDA - EEP, responsável pelo fornecimento dos veículos para transporte público, dando ensejo à rescisão contratual nos termos do art. 78, V, da Lei 8666/93¹:



Em virtude da necessidade de manutenção do transporte coletivo, por se tratar de serviço com caráter essencial, a gestão municipal realizou a Dispensa nº 004/2017, até elaboração e execução de novo procedimento licitatório. Assim, foi realizada a contratação da empresa Circular São Lourenço Ltda EPP, nos termos do art. 24, IV, da

¹ Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

(...)

V - a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;

Lei 8.666/93².

No mesmo contexto, o Município também contratou empresa especializada em engenharia de tráfego visando a elaboração de projeto básico e executivo para regularização do transporte coletivo, com vistas a utilizá-lo em futuro procedimento licitatório para concessão do serviço. Assim, meio da Carta Convite nº 082/2017 a gestão contratou a empresa Locale Consultoria e Engenharia Ltda.

Em dezembro de 2017 findou-se o contrato decorrente da Dispensa nº 004/2017, todavia, o aludido projeto básico ainda não estava concluído. Desta forma, não restou alternativa à gestão municipal senão realizar o Pregão nº 194/2017, uma vez mais, para evitar a descontinuidade do serviço público. Após conclusão do certame, consagrou-se vencedora a empresa Viação Nossa Senhora Aparecida.

Neste contexto, denota-se que em ambas as contratações **havia necessidade de continuidade do serviço público além da impossibilidade de realizar licitação para concessão do serviço, já que o projeto básico não havia sido concluído**. Isto porque, ainda que as concessões sejam regidas por legislação específica, consubstanciada na Lei 8.987/95, também pressupõe a elaboração de estudo anterior da atividade que constituirá o objeto da futura contratação, em total familiaridade às definições do art. 7º, §2º, da Lei 8.666/93³

Como bem salientado no estudo realizado pela Coordenadoria de Fiscalização

² Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

³ Art. 7º As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte seqüência:

(...)

2º As obras e os serviços somente poderão ser licitados quando:

I - houver projeto básico aprovado pela autoridade competente e disponível para exame dos interessados em participar do processo licitatório;

de Concessões:

" (...) Nessa linha, a exigência contida no art. 7º, § 2º, inciso I da Lei 8.666/93, que condiciona a licitação de obras e serviços à existência de projeto básico aprovado, seria aplicável, no que couber, às concessões. 2.22 Ainda nas lições de Marçal Justen Filho, é possível extrair o entendimento de que, nas concessões, deve-se promover a elaboração de um projeto básico. Porém, quando a concessão não for precedida de obra pública, "não será o caso de elaborar um projeto básico, no sentido utilizado na legislação pertinente à engenharia. Mas deverá promover-se elaboração de ato equivalente, contendo as informações fundamentais que delineiam o perfil da atividade que constituirá objeto da futura contratação. **Diante dessas considerações, percebe-se que há a necessidade de projeto básico ou instrumento equivalente para a adequada caracterização do objeto a ser contratado nos processos de outorga de concessões.** (...)

Portanto, não obstante as afirmações do órgão ministerial, as contratações em análise não configuraram concessão indevida do serviço público. Muito em contrário, consistiram em relação contratual de caráter emergencial até que viabilizada a nova licitação para devida outorga da concessão. Assim, desde já, comprova-se a legitimidade dos procedimentos em análise.

II.2 – Da regularidade na realização dos Procedimentos de Dispensa nº 001/2017 e Pregão nº 197/2017

De igual forma, os demais apontamentos específicos indicados pelo *Parquet* também não merecem guarida. Vejamos.

No tocante ao envio de documentação relativa aos aludidos procedimentos, os representados esclarecem que nos autos da Denúncia n. 952.013 restou decidido que acaso a municipalidade realizasse novo procedimento licitatório para seleção de Concessionárias do Serviço Público de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros, sob a regulação e fiscalização do Município de Campo Belo, deveria encaminhar cópia do ato convocatório até o terceiro dia subsequente da publicação do edital:

“Diante do exposto, constatada a perda de objeto, desacolho a proposição ministerial e manifesto-me pela extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do parágrafo único do art. 67 da Lei Complementar n.º 102/2008 e do inciso III do art. 176 do Regimento Interno, c/c o inciso IV do art. 267 do Código de Processo Civil, de aplicação subsidiária. Intimem-se o Prefeito Richard Miranda Resende, a Secretária de Administração Cristiana Felício Porto e a Presidente da Comissão Permanente de Licitação Patrícia Pâmela de Miranda, do Município de Campo Belo, para que, caso realizem contratação de objeto idêntico ou semelhante ao do certame apreciado nos presentes autos, diretamente ou por novo procedimento licitatório, encaminhem a esta Corte de Contas cópia do ato convocatório ou do processo de dispensa ou inexigibilidade, até o terceiro dia subsequente à publicação do extrato do edital ou da ratificação da contratação direta, sob pena de multa diária no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) ao Chefe do Executivo Municipal, de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) à Secretária de Administração e de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) à Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Não obstante, recomendo aos responsáveis que, nos próximos certames licitatórios, observados os limites legais, resguardem a isonomia entre os licitantes, a vantajosidade para a Administração e a sustentabilidade, a fim de cumprir seu dever constitucional de preservação do meio ambiente, nos termos do art. 225 da Constituição da República e do art. 3º da Lei n.º 8.666/93. Intimem-se os denunciantes do inteiro teor desta decisão. Findos os procedimentos pertinentes à espécie, archive-se o processo, a teor do previsto no inciso I do art. 176, regimental”.

Contudo, conforme já comprovado, as contratações advindas da Dispensa de Licitação e do Pregão Presencial **não constituem seleção de empresas para concessão do serviço público de transporte urbano. Com efeito, apenas consistem em contratações emergenciais com vistas à manutenção de atividade essencial aos municípios.** Neste sentido, a decisão exarada na aludida denúncia deixa claro que a compete à municipalidade indicar realização de novo certame para CONCESSÃO do serviço, ou seja, **condição diversa da contratação de empresa para disponibilização de coletivos e motoristas em execução emergencial da atividade, como é demonstrado de maneira assertiva em ambos os procedimentos.**

No caso em tela, os certames não visavam a concessão do serviço, mas a **seleção de empresas que forneceriam os coletivos e profissionais para que a própria Administração Municipal executasse direta e provisoriamente o**

serviço:



Prefeitura Municipal de Campo Belo
ESTADO DE MINAS GERAIS

CAMPO BELO, 20 de Junho de 2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 206/2017
DISPENSA 04/2017



Pelo presente instrumento, **CIRCULAR SÃO LOURENÇO LTDA EPP**, empresa inscrita no CNPJ sob o nº 24.824.781/0001-05, sediada à Rua Heitor Modesto, 325, bairro Estação, CEP 37.470-000, em São Lourenço/MG, neste ato representada por José Geraldo Lopes, inscrito no CPF sob o nº 115.270.056-15, de ora em diante designada **CONTRATADA**; e o **MUNICÍPIO DE CAMPO BELO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 18.659.334/0001-37, com sede à Rua João Pinheiro, nº. 102, Centro, representada pelo Sr. Prefeito Municipal, Alisson de Assis Carvalho, aqui denominada **CONTRATANTE** têm, entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito e nas seguintes condições:

1. DOS FUNDAMENTOS

- 1.1. Considerando que a atual gestão assumiu a administração do Município sem existência de contrato de concessão do serviço de transporte coletivo ou bens para poder executar o serviço de forma direta; Considerando que a gestão anterior não tomou qualquer providência quanto a regularização da situação; considerando que o transporte coletivo é serviço essencial, nos termos do inciso V, do Art. 30 da CF, não podendo ser interrompido; considerando a urgência e singularidade da situação, que colocará sob risco a parte carente da população caso não seja formalizado o presente contrato; Considerando a inexistência de tempo hábil para realizar uma nova licitação, que demandará estudo técnico; Considerando que a atual permissionária interrompeu de forma unilateral e sumária os serviços de transporte, é o presente contrato celebrado, nos termos do inciso IV, do art. 24 da Lei 8.666/93.

Na mesma lógica, executou-se o Pregão nº 197/2017:

2. JUSTIFICATIVA, OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E PRAZOS

- 2.1. A presente contratação justifica-se na necessidade de continuidade dos serviços, pois o Município não possui veículos e motoristas para prestá-lo de forma direta, tendo em vista que a última concessionária abandonou o serviço de forma sumária e unilateral, sendo portanto, necessária, até que se realiza a concessão dos serviços.

Portanto, dado que as circunstâncias delineadas nos autos n. 952.013 e as contratações sob enfoque se referem a **situações totalmente diversas**, resta notório que não havia obrigatoriedade no envio da documentação para esta Corte de Contas. A propósito, até mesmo em virtude da necessária celeridade e urgência na execução de ambos os contratos, não se fazia razoável que a municipalidade

remetesse os procedimentos ao crivo deste Tribunal. Portanto, sob qualquer das perspectivas, é manifesto que em ambos os procedimentos realizados em 2017 não havia obrigatoriedade na remessa dos editais, dado que não versavam sobre concessão de serviço público.

Em relação à Dispensa nº 004/2017, o representante afirma que a Prefeitura de Campo Belo teria permitido que a cotação dos preços contasse com a participação de empresas com sócios administradores do mesmo grupo familiar. Nesse sentido, suscitou que a empresa contratada Circular São Lourenço Ltda EPP, tem como sócia administradora a Sra. Maria Nazaré Lopes, que é irmã da Sra. Mariana da Conceição Lopes Pereira, por sua vez, sócia administradora da empresa Viação Nossa Senhora Aparecida.

Em primeiro ponto, cumpre esclarecer que a situação em análise não se aplica a nenhuma das proibições dispostas no art. 9º, da Lei 8.666/93, posto que tal norma veda a participação em licitação de pessoas que tenham elaborado projeto básico ou tenham relação com a empresa responsável. Dessa forma, **não existe na legislação de regência qualquer proibição para participação de empresas com sócios, administradores ou funcionários da mesma família**. Logo, a mera relação de parentesco entre sócias das empresas participantes não presume mácula ao procedimento de dispensa, tampouco existência de prejuízo à municipalidade.

Sob o mesmo enfoque, o Tribunal de Contas da União já sedimentou que não há vedação legal à participação de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios com relação de parentesco:

“ (...) 61. Quanto à participação em licitações de empresas com sócios em comum ou com grau de parentesco, motivo da oitiva da maioria das empresas ouvidas, assiste razão ao órgão instrutivo. **A jurisprudência dominante deste Tribunal é no sentido de que NÃO há, de fato, vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco.** 62. No entanto, ressalva-se, que a demonstração de fraude à licitação exigiria a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação (Acórdãos 2.803/2016-

TCU-Plenário, Ministro-Substituto André de Carvalho), o que não ficou caracterizado no presente caso. Como deixei consignado ao relatar o TC 030.778/2012-3 (Acórdão 721/2016-TCU-Plenário), "a existência de relações de parentesco entre sócios de empresas concorrentes, por si só, NÃO caracteriza frustração ao caráter competitivo da licitação, exceto se verificados elementos que apontem para a burla de tal princípio". (TCU, Acórdão 952/2018 - Plenário, voto do Min. Rel. Vital do Rêgo, Sessão do dia 02/05/2018).

Ainda em atenção ao entendimento da Corte de Contas denota-se que o afastamento dessas empresas apenas se daria na hipótese de indícios de conluio, fraude ou dano ao erário. Contudo, na dispensa em análise é certo que não houve qualquer prejuízo de cunho patrimonial ou concorrencial ao Município de Campo Belo, porquanto o valor da contratação foi calculado de acordo com os preços condizentes ao mercado, sendo mensurado por Km/rodado dos automóveis. Além disso, a cotação de preços também contou com a participação de demais empresas, tais como a Campo Belo Tur Transportes e Serviços Ltda.

Logo, uma vez que o procedimento de fixação dos preços desenvolveu-se de forma regular e de acordo com os critérios legais, a suposta inconformidade apontada pelo órgão ministerial não merece guarida.

No que tange o Pregão Presencial nº 194/2017, o órgão ministerial alega que a municipalidade se utilizou da mesma pesquisa de preços adotada na Dispensa. Contudo, também não existe na Lei Geral de Licitações qualquer limitação de data para a validade das pesquisas de preços apresentadas na composição do orçamento estimado. Ademais, como bem ressaltado no estudo técnico da Coordenadoria de Fiscalização de Municípios, a Instrução Normativa nº 3/2017 expedida pelo Ministério do Planejamento e Gestão, estabelece que as pesquisas de preço terão validade de **180 (cento e oitenta) dias**:

Art. 2º A pesquisa de preços será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros:

I - Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldepregos.planejamento.gov.br>;

II - contratações similares de outros entes públicos, em execução

ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à datada pesquisa de preços;

III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

Como já dito, o contrato de administrativo decorrente da Dispensa nº 004/2017 foi assinado em 22/06/2017, com prazo de 90 dias. Lado outro, o Pregão nº 197/2017 foi realizado em dezembro de 2017, portanto, em período inferior à 150 (cento e cinquenta dias) e, por óbvio, dentro da margem definida em nível federal. Dessa forma, tal apontamento também não merece encontra respaldo legal, devendo ser afastado por este Tribunal de Contas.

O ora representante ainda aponta suposta ausência de publicidade do certame. Contudo, o edital do Pregão nº 197/2017 foi publicado no Diário Oficial do Município em 05/12/2017⁴, **com indicação expressa que sua íntegra estaria disponível no endereço Rua João Pinheiro, 102, Centro. Campo Belo/MG, bem como no endereço eletrônico licitacao@campobelo.mg.gov.br. Ademais, a cópia integral do edital também foi disponibilizada no sítio eletrônico da Prefeitura de Campo Belo, na mesma data de publicação no Diário Oficial**⁵

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte coletivo urbano - PR 194.2017

Detalhes	Arquivos (atas, homologações, etc)	Movimentações	Vencedores	Contratos
Situação	Concluído			
Modalidade	Pregão Presencial			
Nº da Licitação	194/2017			
Nº do Edital	-			
Nº do Processo	174/2017			
Publicado em	05/12/2017 às 15h00			
Realização	15/12/2017 às 08h30			
Local	Prefeitura Municipal			

⁴ <https://www.campobelo.mg.gov.br/portal/diario-oficial/ver/501>

⁵ <https://www.campobelo.mg.gov.br/portal/editais/0/1/256/>

Diante de tais circunstâncias, incabível afirmar que não houve ampla divulgação do edital, **uma vez que as empresas interessadas poderiam obter sua íntegra no próprio site da Prefeitura de Campo Belo**. Neste caso, a indicação de data e hora para obtenção da cópia física do edital se fazia totalmente **dispensável e inexigível, sendo necessário destinar interpretação razoável às regras do edital**. A uma porque no próprio edital constavam todas as informações necessárias para sua obtenção física, portanto, eventual dúvida relativa ao fornecimento da documentação poderia ser dirimida no endereço ou e-mail indicados. A duas, porque sua íntegra foi disponibilizada no sítio oficial da Prefeitura, em campo específico destinado às licitações.

No mesmo âmbito, Marçal Justen Filho⁶ leciona que os dispositivos relativos à publicação e disponibilização do edital devem ser interpretados em face do atual contexto virtual, sendo certo que a mera ausência em sua disponibilização física não desconstitui sua regularidade. Até porque, a disponibilização de editais em sítios eletrônicos cria abrangência muito maior do que o fornecimento apenas impresso. À vista disso, é evidente que todas as informações constantes no edital e no sistema eletrônico da Prefeitura asseguraram todas as informações necessárias para publicizar a realização do certame, além de conferirem ampla participação a todos os interessados.

Ainda, o órgão ministerial alega que a empresa vencedora do Pregão Presencial, Viação Nossa Senhora Aparecida Ltda, teria contratado veículos de outras empresas para a prestação de serviços junto à Prefeitura. Em primeiro plano, destaca-se que **o próprio termo de referência do edital estabeleceu que os veículos utilizados para a prestação do serviço deveriam estar em posse da empresa contratada**, por meio de CRLV, locação ou compra e venda, vejamos o item 4:

⁶ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 18ª Edição, Revista dos Tribunais, pág. 411



SPENCER & VASCONCELOS

ROCHA MORAES PRADO | ADVOGADOS

4. **DA PRESTAÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.**

4.1. Os veículos deverão estar em posse da empresa contratada, através de CRLV, contrato de locação, compra e venda, comodato, etc.

4.2. A empresa vencedora deverá sempre disponibilizar os funcionários para execução dos serviços que se fizerem necessários, inclusive o fornecimento das ferramentas inerentes a estes serviços.

Com vistas a dirimir quaisquer dúvidas, após iniciada a prestação de serviços a Secretaria Municipal de Administração de Campo Belo solicitou que a empresa vencedora esclarecesse a origem dos coletivos utilizados no serviço:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BELO
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 18.659.334/0001-37

PREFEITURA MUNICIPAL
CAMPO BELO - MG
1790

OFÍCIO
Solicitação-faz
Administração

Campo Belo, 05 de janeiro de 2018.



Prezado Senhor:

Pelo presente vimos solicitar informações e quais providências serão tomadas concernentes a utilização de veículos da empresa Circular São Lourenço no transporte coletivo urbano, tendo em vista que a empresa vencedora da licitação foi a Viação Nossa Sra. Aparecida.

Em consulta ao processo licitatório foi verificado que alguns veículos foram tomados em comodato da empresa Transmariane Ltda e não da empresa Circular São Lourenço.

Ante o exposto solicitamos informações e quais providências serão tomadas para regularização desta situação.

Sem mais objetivo, antecipadamente agradecemos.

Cordialmente,

CRISTIANA FELÍCIO PORTO
Secretária Municipal de Administração

Assim, a Viação Nossa Senhora Ltda elucidou que em primeiro momento alugava veículos pertencentes à empresa Transmarine Turismo Ltda, todavia, após rescisão contratual, foi realizada locação de **coletivos de igual qualidade** junto à empresa Circular São Lourenço Ltda. Ressalta-se que na oportunidade, a contratada ainda esclareceu que realizou a locação de quatro veículos e indicou as respectivas placas:



SPENCER & VASCONCELOS
ROCHA MORAES PRADO | ADVOGADOS



VIAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA LTDA

CNPJ 17.889.288/0001-08

INC. EST. 112.523230.0062

RUA LEÃO, 101 - BAIRRO SERRA VERDE - PASSOS/MG
CEP 37.901 - 308 (35) 3521 2166 / 8811 2948

E-mail: transmarianturismo@hotmail.com



Campo Belo, 09 de janeiro de 2018

Em resposta ao ofício encaminhado pela Sra. Cristiana Felício Porto, venho esclarecer que após me tornar vencedor da licitação, firmamos um contrato de locação de 4 veículos com a antiga prestadora do serviço, a fim de viabilizar a operação no período estipulado no edital, com o intuito de não causar prejuízos e transtornos no período de transição.

Aproveitamos a oportunidade para solicitar que sejam substituídos os veículos apresentados na licitação, mantendo-se todas as exigências contidas no edital, conforme abaixo estabelecido:

Os Veículos de placas MGS 8065 -CSK 6871 -KZO 1399 serão substituídos pelos veículos de placas: GVK 5123 -GVK 5128 -GVK 5138 -HAT 7706, conforme consta no contrato de locação de veículos entre Viação Nossa Senhora Aparecida e Circular São Lourenço.

Certos que seremos prontamente atendidos colocamo-nos a disposição para demais esclarecimentos.

Atenciosamente.

Viação Nossa Senhora Aparecida.

ISRAEL PARREIRA LOPES

Autorizado
Cristiana Felício Porto
SECRETARIA MUNICIPAL
DE ADMINISTRAÇÃO
09/01/2018

Portanto, tal apontamento também não merece guarida, uma vez que a possibilidade de locação de veículos estava prevista no próprio edital do certame, no item 4.1 do termo de referência.

Por fim, cumpre esclarecer que todos os veículos utilizados para a prestação de serviços foram especificados pela gestão municipal. Conforme item 1 do termo de referência, determinou-se que a vencedora disponibilizasse um total de 8 (oito) veículos para a prestação de serviços:

1.2A empresa vencedora deverá disponibilizar no mínimo 08(oito) veículos para atender a demanda da Secretaria Requerente, sendo 05(cinco) veículos para serem utilizados nas linhas e 03(três) veículos para atender as reservas e reforços/eventos especiais.

Além disso, todos os veículos deveriam contar com duas ou mais portas para embarque e desembarque, bancos duplos e/ou individuais sem reclinção, sendo que metade da frota contaria com 23 (vinte três) lugares e a outra metade com 36 (trinta e seis):

- 1.11 A Contratada deverá disponibilizar veículos com características urbanas, possuindo duas ou mais portas para embarque/desembarque e bancos duplos e/ou individuais sem reclinção, rígidos ou estofados;
- 1.12 Os veículos para prestação dos serviços deverão ser:
- 04(quatro) veículos com no mínimo 23 lugares;
 - 04(quatro) veículos com no mínimo 36 lugares;

Ainda, foi determinado que a frota tivesse veículos **com média de uso** não superior a 11 (onze) anos:

1.6A empresa vencedora deverá possuir veículos com média não superior a 11 anos, ou seja média da frota não inferior ao ano de 2006.

Ora, não restam dúvidas que houve especificação e qualificação do objeto direto da prestação de serviços. **Outrossim, a empresa vencedora também comprovou a conformidade de todos os veículos utilizados, consoante declaração firmada em fls. 439 do procedimento.** No mesmo ato, também indicou os motoristas que realizariam o transporte dos passageiros.

Além disso, constata-se nos Certificados de Registro e Licenciamento dos Veículos que todos os coletivos utilizados são registrados como ônibus, portanto, possuem o número de assentos, portas e janelas fixados no termo de referência do edital. Sob o mesmo enfoque, também os CRLV demonstram que os veículos atendiam a margem de uso definida no item 1.6 do edital.

Nesse sentido, **apenas um (placa QVQ-2230)** dos oito veículos possuía ano de fabricação em 2004, sendo que todos os outros são posteriores ou do ano de 2004. Assim, tendo em vista que a regra definiu que idade MÉDIA da frota deveria ser igual ou inferior a onze anos, é evidente que a exigência foi cumprida pela empresa vencedora.

Á vista de todos os esclarecimentos acima prestados, é incontroverso que as

empresas contratadas pela gestão municipal não prestavam os serviços na forma de concessão, mas apenas forneciam os veículos e motoristas para execução direta e provisória pela própria Prefeitura. Ademais, conforme relatório técnico emitido por esta Corte de Contas, não foi verificada qualquer irregularidade na execução das receitas e despesas com a prestação de serviços, porquanto os valores das receitas apuradas pelas empresas eram amortizados nos pagamentos realizados pelo Município.

Frisa-se ainda que a prorrogação do contrato junto à Empresa Viação Nossa Senhora Aparecida é justificada pela necessária continuidade do transporte público. Inclusive, tal aditamento é comumente previsto em contratos de prestação de serviços continuado, cuja interrupção das atividades possa causar prejuízo para os munícipes.

Diante de todo exposto, resta incontroverso que ambos os procedimentos realizados pela Prefeitura Municipal de Campo Belo seguiram todos os requisitos determinados pela legislação de regência. Assim, é certo que não houve qualquer inconformidade por parte de gestão municipal ou dos demais servidores que participarem dos certames. Portanto, uma vez sanados todos os apontamentos indicados pelo órgão ministerial, o arquivamento da presente representação é medida que se impõe.

III – PEDIDOS

Ante o exposto, uma vez demonstrada a regularidade da Dispensa nº 004/2017 e do Pregão Presencial nº 197/2017, requer seja reconhecida a total legitimidade dos procedimentos e, por conseguinte, o arquivamento da representação.

Nestes termos, pede deferimento.

Belo Horizonte, 01 de abril de 2021.

Leonardo Spencer Oliveira Freitas
OAB-MG 97.653

Luis André de Araújo Vasconcelos
OAB-MG 118.484

Jordânia Ferreira dos Santos
OAB-MG 169.906

Jéssica Cristine Andrade Gomes
OAB-MG 174.178

Karolina Lima Campos Coelho
OAB-MG 176.353

Aline Maira Lacerda Santos
OAB-MG 143.262

Luiza Oliveira Sampaio
OAB-MG 177.549

Talita Ferreira de Brito dos Reis
OAB/MG 202.872